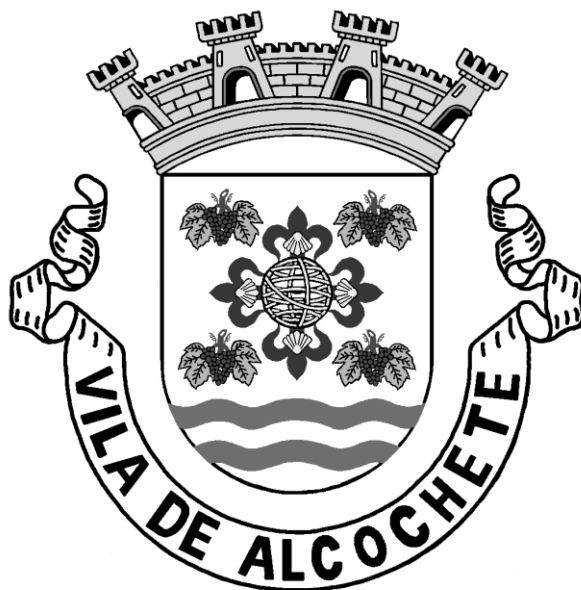




MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03 /19

**ATA DA SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 15 DE MARÇO
DE 2019**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ana Lúcia Felgueira Maduro, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro e Bruno José Pereira Soares.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Álvaro Jacinto Costa, Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, Henrique de Meneses Infante da Câmara, Rodolfo Soares Marques Pereira e Susana Isabel Marques Pereira Maia.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves e Ana Mafalda Boieiro Marques.

Pelo Partido Popular Democrático/ Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Pedro Jorge Marcelino Ferreira, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

- Francisco Maria Viseu Gomes da Silva, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituído por Andreia Patrícia Silva e Sousa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Olívia Maria Nobre Mateus da Silva, por motivo de ordem familiar, tendo sido substituída por Ana Cristina Brandão. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Miríam Pires Boieiro, por motivo pessoal, tendo sido substituída por Rui Manuel da Graça Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, por motivo de saúde, tendo sido substituída por Maria Fernanda Santa. (Documento anexo à Minuta da Ata)

- João Ricardo Figueiredo Lopes.

Os pedidos de justificação foram aceites.

- Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, solicitou a renúncia de mandato a partir da presente data, tendo sido aceite. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Em sua substituição tomou posse Maria de Fátima Lima Vieira, que após ter prestado juramento legal assinou a ata de verificação de poderes, bem como o presidente da Assembleia Municipal e o Primeiro Secretário. (Documentos anexos à Minuta da Ata)

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, a vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

Faltaram à sessão os vereadores José Luís dos Santos Alfélua e Estêvão António das Neves Boieiro, por motivo considerado justificado, tendo sido substituídos por Susana Isabel Freitas Custódio e Jorge Manuel Pereira Giro.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – NÃO ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019, REFERENTES AOS DECRETOS-LEI N.º 20/2019 e 22/2019, DE 30 DE JANEIRO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara:

Lembrou que os diplomas surgiram após a aprovação do Orçamento da câmara e por isso, a câmara está a preparar o caminho para que se possa vir a anuir à respetiva descentralização com os recursos que entendem ser necessários, pelo que a posição da câmara, por unanimidade, é a apresentada na proposta em apreço.

Referiu também a calendarização referente aos diplomas sobre Educação e Saúde.

- Henrique da Câmara:

Solicitou esclarecimentos quanto às datas de pronúncia de aceitação, ou não, dos diplomas da Educação e Saúde.

- Presidente da Câmara:

A câmara reporta as suas decisões – neste caso, a negação à descentralização no presente ano à DGAL. Em relação à questão da Educação não tem qualquer dúvida dado que a publicação foi efetuada em trinta de janeiro de dois mil e dezanove; a data da entrada em vigor foi a quatro de fevereiro de dois mil e dezanove e a data do termo

de comunicação à DGAL de não aceitação será até ao dia trinta de abril de dois mil e dezanove.

Quanto à questão da Saúde e seguindo a mesma cronologia, a data de publicação foi a trinta de janeiro de 2019, a de entrada em vigor até quatro de fevereiro de dois mil e dezanove e a data do termo de comunicação à DGAL de não aceitação ainda se encontra por definir, pese embora, diga sessenta dias após publicação do Despacho referido no n.º 3 do artigo 25.º (Mapa com os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização) mapa este que já tinha referido não estar ainda disponibilizado e por isso não há sequer data de termo para não aceitação da respetiva descentralização.

- Henrique da Câmara:

Em relação à Educação e face às datas apontadas (n.º 1 do artigo 69.º), questionou se os Despachos foram ou não recebidos dentro do prazo.

- Presidente da câmara:

Entende que o artigo 69.º se destina à aceitação das competências e não é esse o caso, pelo que chamou a atenção para a leitura do artigo 76.º que tem como subtítulo “Produção de efeitos” que esclarece a situação.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

PONTO 2 – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA SIMPLES DO NÚCLEO ANTIGO DE ALCOCHETE – ORU.1

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

Com a autorização por parte do presidente da câmara, o vereador Pedro Lavrado sucintamente, referiu que a ORU é a consolidação da ARU já em vigor, aprovada em sessão da assembleia municipal realizada em 23 de novembro de 2015 e publicada em *Diário da República*, II Série, de 16 de março de 2016.

Esclareceu que de acordo com a legislação, a operação de reabilitação deveria ser aprovada na presente sessão, sob pena de a ARU caducar. Com esta operação (de tipo simples) pretende-se melhorar a qualidade urbana do centro da vila de Alcochete, preservar os elementos arquitetónicos e patrimoniais, requalificar os espaços públicos de lazer e de utilização coletiva, reabilitar tecidos urbanos degradados, promover a melhoria das condições de mobilidade e de acessibilidade e tem como entidade gestora o município de Alcochete, onde será constituída uma equipa multidisciplinar composta por técnicos da câmara.

Descreveu também os vários tipos de incentivo e benefícios aplicáveis a esta operação de reabilitação.

- Álvaro Costa:

Congratulou-se com a apresentação do documento em análise, considerando-o importante, com enquadramento histórico que deve ser tido em conta, dado que o documento resulta de um trabalho anteriormente feito de forma objetiva e seguir as linhas do Plano Estratégico para o concelho até ao ano de 2030, o qual foi aprovado pelo anterior executivo e foi executado e construído por técnicos experientes como é o caso do Professor Augusto Mateus e do arquiteto Sidónio Pardal.

Contudo, apesar de se congratular com o documento, referiu que o mesmo não traduz aquilo que seria a opinião e visão da bancada da CDU nesta matéria.

- Luiz Batista:

Enalteceu a adoção da operação de regeneração urbana para a área da ARU de Alcochete, elencando de seguida os propósitos visados na mesma e salientando que o documento é merecedor de aprovação. Porém, estranha que, no âmbito da assembleia municipal, tenha sido criada uma comissão por proposta da bancada do PCP para os assuntos de urbanismo e desenvolvimento do território e esta não reúna, quando de facto, este assunto poderia ter sido acompanhado com maior proximidade e até, eventualmente, ter sido promovida a apresentação de eventuais melhorias.

- Mário Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Esclareceu o motivo pelo qual entendeu não ter sido necessário reunir a referida comissão, que se deve ao facto de o PDM - Plano Diretor Municipal, se encontrar em fase de desenvolvimento.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Ana Cristina Brandão fez declaração de voto em nome da CDU. (Documento anexo à Minuta da Ata)

Após a leitura da declaração de voto, o deputado Luiz Batista protestou, considerando abusiva e jocosa a forma como a expressão *PSD subserviente* é utilizada no texto, solicitando por isso, que a expressão “subserviente” fosse retirada do texto.

- Mário Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal)

Chamou a atenção dos deputados, uma vez mais, para que se respeite quem intervém, fazendo silêncio, independentemente de a ótica de pensamento ser coincidente ou não.

- Pedro Ferreira:

Frisou, que também não sabe que nome dar à forma jocosa como o deputado Luiz Batista provoca a bancada da CDU em sucessivas intervenções, eivadas de anticomunismo. Considera que todos são livres de dizerem o que querem, mas não se pode entrar em provocação barata e gratuita, com a qual têm vindo a ser alvo.

A terminar, questionou até que ponto é permitido que se tenham comentários ao teor de uma declaração de voto.

- Mário Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Reiterou, já por diversas vezes ter chamado a atenção de toda a assembleia para o respeito que é exigido por todos os intervenientes e entende que uma declaração de voto não é suscetível de ser alterada. Porém, também referiu, que não gostou do *tom de riso* utilizado pela deputada Ana Brandão, durante a leitura da declaração de voto.

- Luiz Batista:

Apesar de saber que as declarações de voto não são discutidas, entregou um protesto escrito, que fica anexo a esta ata.

PONTO 3 – PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO DA EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1, N.º 2 DE ALCOCHETE – ESCOLA DO VALBOM – PROC.º I-23/18/CP – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Referiu que no seguimento do concurso público da empreitada são assumidos procedimentos de despesa que exigem a necessidade de efetuar compromissos plurianuais (2019-2020) que já foram aprovados em reunião de câmara.

- Álvaro Costa:

O prazo indicado de 270 dias não lhe parece plausível para o tipo de obra, tendo em atenção o prazo de outras obras.

- Ana Luísa:

Parabenizou o executivo pela atitude otimista que tem ao entender que o prazo indicado é suficiente para a realização da obra, tendo em conta o histórico de obras públicas que lhe estão a cargo. A obra é complexa dado que se trata de transformar uma escola de ensino básico num quase Centro Escolar.

- Henrique da Câmara:

Também deu os parabéns ao executivo porque finalmente esta obra irá ter início, contudo, preocupa-o o acréscimo no custo da mesma, que regista sensivelmente um aumento de 50% no espaço de um ano.

Questionou onde serão colocados os alunos durante o período de reconstrução da escola?

- Luiz Batista:

Referiu já ter visto obras de maior dimensão serem efetuadas em menor espaço de tempo. Na presente proposta, apenas está em causa a repartição dos encargos por dois anos e nada mais.

- Ana Brandão:

Questionou como serão efetuadas as refeições das crianças e onde?

- Sérgio Simões:

Entende que o prazo indicado para execução da obra é perfeitamente exequível. Lembrou ser necessário distinguir o tipo de atrasos que por vezes se verificam, ou seja, os atrasos poderão ser da câmara municipal ou da entidade executante e sobre estes, a câmara não tem responsabilidades.

- Presidente da câmara:

Concordando com o deputado Luiz Batista, de facto o que se pretende com a proposta é a aprovação do compromisso plurianual.

Caso a obra não fique executada no prazo indicado, esclareceu que o executivo aceita o que os técnicos responsáveis indicam, sendo que para estes a obra é exequível no prazo estipulado. Porém, o executivo está confiante e tranquilo, considerando que se está a fazer obra para as crianças da população de Alcochete e isso é que é importante.

Relativamente à intervenção da deputada Ana Luísa, referiu que na verdade o executivo tem um problema que está a tentar resolver com calma e tranquilidade, independentemente das pressões que possam ser exercidas e que vem do anterior executivo. Na atualidade, já foram executadas obras dentro de prazos razoáveis, dando como exemplo a remodelação da escola do Passil, a requalificação do polidesportivo do Passil assim como o parque infantil deste sítio, o que demonstra que a estatística da deputada está mal feita.

Esclareceu o deputado Henrique da Câmara, dizendo que a aprovação foi para o financiamento de um milhão e duzentos mil euros, mas a obra está orçada (já depois da revisão) com um acréscimo normal de cerca de 15%, a que correspondem mais ou menos duzentos mil euros.

Informou que os alunos no decorrer da obra ficarão no espaço do ex-campo de futebol do Vulcanense Futebol Clube, onde serão colocados contentores com a comodidade necessária. Estranhou a pergunta sobre as refeições porque a escola do Valbom não confeciona refeições. Estas são confeccionadas na escola da Restauração e transportadas para a do Valbom e assim continuará a ser, com a diferença, de que serão entregues no

salão do Vulcanense Futebol Clube, que disponibilizou o espaço para servir de refeitório durante o período das obras.

- Ana Luísa:

Face aos esclarecimentos prestados, entende que o presidente se calhar não sabe a diferença entre obras de construção e obras de manutenção e conservação. Não pretendendo ser matemática nem engenheira – é jurista – sabe bem, na sua opinião, a definição de uma coisa e outra, salientando que o presidente da câmara também deveria saber, para não prestar esclarecimentos que valem zero, não deixando porém, de pedir desculpa pela franqueza na afirmação.

O presidente da câmara falou de obras de conservação e manutenção simples e a bancada da CDU quando referiu um *cenário otimista*, era em função da derrapagem nos prazos da escola da Restauração, do Miradouro “Amália Rodrigues” e ao furo de captação na Fonte da Senhora.

- Presidente da câmara:

Afirmou não entender a referência ao furo de captação na Fonte da Senhora porque está a ser feito por administração direta, logo não tem prazo definido. Apesar de não ser engenheiro sabe distinguir obras de requalificação e obras de raiz.

Salientou que na sessão da assembleia, fala para todos os deputados e não apenas para a deputada Ana Luísa e no sentido de provar que na assembleia não há pessoas mais iluminadas e menos iluminadas, deu como exemplo a obra de construção do Passeio do Tejo, a qual não cumpriu escrupulosamente nenhum dos prazos que estavam em vigor e que teve um problema sério, que está em Tribunal, relativamente a trabalhos a mais.

Mais disse, que quem tem telhados de vidro deve falar quanto baste, mas deve manter-se de alguma forma com tranquilidade, porque errar é humano. Saber reconhecer o erro é uma virtude e não o reconhecer é um ato de estupidez, acrescentando que pedia desculpa, mas era assim que via a situação.

- Ana Luísa:

Retorquiu que ninguém se considera iluminado na assembleia e frisou que o tom em que o presidente da câmara por vezes responde à bancada da CDU não é respeitoso como deveria ser.

De seguida, o vereador Jorge Manuel Pereira Giro pediu para usar da palavra, mas o presidente da assembleia esclareceu-o que de acordo com o Regimento da Assembleia só o poderia fazer, caso o presidente da câmara autorizasse e este não autorizou.

- Álvaro Costa:

Referiu que em anteriores situações, não tem sido este o procedimento habitual, apesar de reconhecer que está expresso no Regimento da Assembleia Municipal, contudo, gostaria de ouvir o contraditório.

- Mário Boieiro (Presidente da Assembleia Municipal):

Esclareceu que nunca deu a palavra a nenhum vereador sem a autorização do presidente da câmara, com exceção, de uma única vez, que deu a palavra ao vereador José Luís Alfélua, porque este invocou a defesa da honra.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Submetida à discussão, o presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da alteração na página 14, sendo que, onde se lê “2005”, deverá ler-se “2015”, o que foi aceite.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade com a alteração proposta.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Aberto este período, registaram-se as seguintes intervenções:

Sr. João Carraça:

Aconselhou os autarcas presentes a falar sobre o trânsito no largo da Misericórdia, apenas depois de consultarem os projetos relativos a esta matéria, adiantando que de facto existiam três situações no projeto mas nenhuma delas contemplava o corte da rua João Facco Viana.

- Álvaro Costa:

Entende que a anterior intervenção não é uma situação cordial. Respeita a opinião do munícipe, mas este não deve vir à assembleia dar conselhos aos eleitos sobre aquilo que vão ou não dizer tendo em conta a sua opinião, considerando-a até abusiva.

Na sua opinião evocar a tradição não deve ser imperioso, caso contrário, também o trânsito teria que ser reposto na rua Comendador Estêvão de Oliveira, porque há uns anos atrás, também ali passava trânsito.

O trânsito na rua João Facco Viana deveria ser apenas pedonal, para melhor movimentação das crianças e pessoas nos seus tempos de lazer, dando como exemplo, alguém que esteja com crianças nas esplanadas dos estabelecimentos de restauração, certamente não ficará descansado a usufruir do espaço, dado o constante movimento de veículos junto aos mesmos.

- Luiz Batista:

Sugeriu que o deputado Álvaro Costa consultasse o projeto, para reparar que neste foi colocado um obstáculo para fazer daquele troço uma zona de coexistência entre pessoas e veículos, com a redução da velocidade para 10Km/hora.

- Álvaro Costa:

Recordou que quando o *Passeio do Tejo* foi aberto, o trânsito passava pela igreja da Misericórdia, chegava ao Centro Paroquial e era obrigado a virar à esquerda. Porém, há que atender a uma coisa que se chama vida e as suas consequências. Quando alguma coisa não se adapta às necessidades das pessoas, é óbvio que se deve recuar, pelo que posteriormente, o trânsito passou a ser permitido nos dois sentidos, entre a escola Conde de Ferreira e o Centro Paroquial não empurrando assim, o trânsito para o meio da vila.

Não conhece rebaixos como redutores de velocidade mas sim lombas e reafirma que as pessoas em termos de lazer ficam prejudicadas com a decisão do atual executivo, de abertura da referida via ao trânsito.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 22:50 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A COORDENADORA TÉCNICA,